

Universidade Privada O lucro da PUC/RS

PESQUISADORES

Ufrgs não sabe o que fazer para segurar seus professores experientes dentro da universidade

Pág. 4

PRONEX - 2

Recursos caem 32% na nova etapa do programa de incentivo aos núcleos de excelência

Pág. 5

ARTE

Professor de História da Arte anima polêmica sobre a 1ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul

Pág. 10

ENTREVISTA

José Arthur Giannotti propõe ampla reforma para definir as funções das universidades

Pág. 12

Autonomia: segue o baile

Tudo é possível, inclusive a proposta do relator Paulo Bornhausen (PFL/SC, cuja inexperience nessas questões de universidade é compensada por fazer parte da progênie de Jorge Bornhausen) para a PEC 370 não agradar à base governista na Comissão Especial da Câmara que trata do assunto. Os mais papistas que o Papa acabam trombando com a Santa Fé, isso se sabe. Sendo assim, a Comissão Especial tem sobre a mesa duas propostas de substituição à do Relator: uma da Andifes, datada de 24/09/97, da qual alguns pontos essenciais foram negociados previamente com o Ministro Paulo Renato e outra do deputado Maurício Requião (PMDB/PR).

A proposta da Andifes procura manter o que a maioria dos reitores considera fundamental: o regime de Direito Público da nova configuração jurídica das atuais Ifes; a garantia de que estas contarão "no mínimo" com 75% das verbas federais destinadas à educação durante um período de 30 anos; regime de pessoal estatutário e único, ainda que não vinculado ao RJU; manutenção de isonomia salarial entre as instituições do sistema; proventos de aposentadoria garantidos pelo Tesouro Nacional, sem incidência sobre o orçamento das Ifes.

A proposta de Maurício

Requião, além de omitir qualquer referência aos regimes de pessoal e salarial, não identifica qual seria a fonte de custeio das aposentadorias que também não correriam por conta do orçamento das Ifes. Os riscos aí implicados dispensam comentários.

Qual será a posição majoritária da Comissão Especial, e quando ela será adotada, são questões sobre as quais ninguém arrisca palpite. Aliás, em audiência concedida ao presidente da Adufrgs e à reitora da Ufrgs em junho, a Presidente da Comissão, deputada Marisa Serrano (PMDB/MT), "garantiu" que a Comissão encerraria seu trabalho "no máximo", em setembro...

Dada a situação, mais e mais torna-se patente o vazio resultante da falta de um acordo básico da comunidade universitária e científica sobre um projeto futuro de universidade. Pois enquanto a indefinição permanece, o bom senso dos não muito versados nessas coisas sempre encontra seus cavalgantes de ocasião. O último a mostrar suas luzes foi o presidente do Banco Central, de quem não se suspeitava tamanha multiplicidade de talentos, manifestando a posição, comum entre essa gente limpa e afazendada, de que "a elite" deveria pagar a Universidade. Melhor seria se pagassem impostos.

ad nauseam

PINÓQUIO AMERICANO...

NO BRASIL, A CORRUPÇÃO
"NÃO SER" ENDÊMICA!



O B S E R V A T Ó R I O

Internet para professores

Porto Alegre - Dentro de poucas semanas a Adufrgs vai disponibilizar aos associados o acesso à rede Internet. Falta solucionar alguns entraves. A maior dificuldade tem sido resolver os problemas com os ramais telefônicos. Em parceria com o CPD da Ufrgs, o acesso à rede será

facilitado pelas rápidas conexões com a Embratel além de possibilitar preços mais acessíveis. Um estagiário de Informática permanecerá no CPD para auxiliar os usuários na instalação de modems, softwares e atender a outras solicitações. Aguarde.

Aposentados I

Porto Alegre - O Grupo de Trabalho Seguridade Social/Aposentados da Adufrgs elaborou um questionário para saber o que pensam e quais as condições sociais dos associados aposentados. O objetivo é integrar o trabalho do GT aos

interesses coletivos dos professores aposentados. No caso de haver dificuldade para preencher ou devolver o questionário, o GT coloca-se à disposição para agendar um encontro pessoal pelos telefones 228.1188 e 316.3495.

Aposentados II

Porto Alegre - As reuniões ordinárias do Grupo de Trabalho Seguridade Social/Aposentados ocorrem nas segundas

quartas-feiras de cada mês, das 9h30min às 11h30min, na sede da Adufrgs (Otávio Corrêa, 45, Cidade Baixa).

Foro de C&T no RS

Porto Alegre - Acontece no próximo dia 21 de outubro, às 18h, na sede da Adufrgs, mais um debate sobre a política nacional de Ciência e Tecnologia. Foram convidados os deputados estaduais integrantes da bancada gaúcha que está tratando sobre a autonomia universitária no Congresso Nacional, representantes dos institutos de pesquisa do Estado, das universidades

gaúchas, da Fapergs e de associações científicas. O tema é a proposta para constituição de um Foro de Defesa do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia a exemplo de iniciativas já realizadas em outros Estados. A reunião é uma iniciativa da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Adufrgs e a Pró-Reitoria de Pesquisa da Ufrgs.

Universidade de elite

Brasília - O presidente do Banco Central, Gustavo Franco, defendeu em entrevista para o jornal Folha de São Paulo no último dia 12 que os filhos da elite paguem pelo ensino universitário. "Acho que não tem cabimento este tipo de gratuidade para a elite. Estes recursos poderiam estar sendo

utilizados na bolsa-escola ou em qualquer outro programa com benefício um pouco mais extenso", criticou. Seria bom se o presidente do Banco Central defendesse o pagamento de impostos pelos que ele chama de elite. Muitos problemas na área educacional estariam resolvidos.

Crédito educativo

Brasília - O vice-presidente Marco Maciel recebeu em Brasília, no último dia 13, os reitores das universidades filiadas à Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc). Os representantes levaram um documento reivindicando a liberação dos recursos atrasados do programa do Crédito Educativo. Também mostraram a importância do programa e

solicitaram o aumento no número de alunos beneficiados. O documento apresentado a Maciel foi elaborado pela Comissão Nacional de Supervisão e Acompanhamento do Programa de Crédito Educativo que deve reunir-se novamente no próximo dia 25 na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

Nova revista

Porto Alegre - A Adufrgs e o Cpers/Sindicato estão elaborando uma revista mensal conjunta, destinada à população

das três esferas do ensino no estado. Em breve será divulgado um concurso para escolha do nome da publicação.

CARTAS

Montevideo, 1º de outubro de 1997

Campañeros de ADUFRGS:

Queríamos comunicarles que el Jornal "ADVERSO" nos llega regularmente, siendo esperado de muy buen agrado por nuestros docentes. Asimismo agradecemos la gentileza del envío del mismo y por supuesto esperamos que el intercambio entre ambas Asociaciones se profundice. Saludamos a ustedes fraternalmente,

Secretaría de ADUR

Asociacion de Docentes de La Universidad de La Republica - Uruguay

ADufrgs

Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Seção Sindical da ANDES-SN. Rua Otávio Corrêa, 45. Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

DIRETORIA

Presidente: Renato de Oliveira; **1º Vice-Presidente:** Carlos Schmidt; **2º Vice-Presidente:** Lúcio Hagemann; **1º Secretário:** Eloína Prati dos Santos; **2º Secretário:** Jorge Ducati; **1º Tesoureiro:** Mário Brauner; **2º Tesoureiro:** João Vicente Silva Souza; **1º Suplente:** Benedito Tadeu César; **2º Suplente:** Ricardo Jacobi.

ADVERSO

Publicação quinzenal
Impresso em papel Ecograph

Edição: Silvanio Mariani

Reportagem: James Görgen e Raquel Sager

Estagiárias: Adriene Trinca e Fabrícia Osanai

Capa: Gilmar Fraga **Revisão:** Jorge Barbosa

Tiragem: 4.000 exemplares



Aids em mulheres de baixa renda

Daniela Riva Knauth - Dra. em Antropologia/Depto de Medicina Social/Ufrgs

Pergunta – As mulheres das comunidades mais pobres convivem com toda sorte de violência, e a Aids é apenas mais uma ameaça. Como é o seu trabalho com essas mulheres?

Resposta – Quando falamos de Aids em grupos de baixa renda, não podemos esquecer que para eles a noção de morte não é a mesma que para os grupos pertencentes às camadas mais favorecidas porque estão submetidos a precárias condições de existência (má alimentação, habitação precária), ineficácia do sistema de saúde, péssimas condições de trabalho e a situações de violência quotidianas (desde violência familiar à brigas entre gangs, com polícia, etc.). A Aids vem juntar-se a este conjunto de riscos. E há outros: de engravidar, de perder um filho, perder o marido, não ter o que dar para os filhos comerem, apanhar do companheiro, etc. A infecção pelo HIV é vista como apenas um risco a mais. É claro que essas mulheres acionam estratégias a fim de fazer face à essa situação e a principal é o fortalecimento dos laços consanguíneos onde podem contar, tanto para o cuidado delas quando doentes quanto para o cuidado dos filhos. Além disso, as mulheres procuram manter uma vida normal, pois dessa forma garantem a legitimidade de seu status social de mãe e esposa.

P - Qual é a taxa numérica de pacientes masculinos e femininos, e qual é a expectativa de vida de quem desenvolve a doença?

R. A epidemia da Aids no Brasil se caracteriza pelo aumento do número de mulheres infectadas e pela pauperização das pessoas atingidas. Se em 1984 tínhamos 23 homens com Aids para uma mulher, hoje esta razão é de três para um. Esse crescimento se reflete também no aumento de crianças portadoras do HIV. A Aids tem crescido de forma assustadora nos segmentos mais desfavorecidos. Segundo dados do Ministério da Saúde, em 1982 a totalidade dos casos de Aids no país era de pessoas que tinham 2º grau completo ou nível superior, sendo que esse perfil se mantém em 1985, representando cerca de 76% dos infectados. Em 1994, as notificações de Aids registram 69% de pessoas analfabetas ou com nível primário de escolaridade e apenas 31% com nível secundário ou

superior. Assim, se no início da epidemia a Aids podia ser vista como uma doença de “grupos de risco” de camadas mais privilegiadas, hoje ela tende a ser percebida como uma epidemia que atinge os diferentes setores da população e, preferencialmente, os grupos excluídos social e economicamente. Esse perfil da epidemia possui importantes implicações no que se refere à expectativa de vida dos doentes, pois se por um lado temos significativos avanços no tratamento da Aids, por outro temos mais doentes que possuem acesso bastante deficitário aos serviços de saúde, medicamentos, saneamento básico, alimentação adequada, etc. Dessa forma, é importante ter presente que quem “vive com Aids” é quem tem condições de manter boas condições de habitação, nutrição, acompanhamento médico e terapêutico, além de um diagnóstico precoce.

P - Há diferença entre trabalhar com a classe média e com as populações mais pobres?

R. Trabalhar prevenção de Aids é muito difícil em todos os grupos sociais, sejam ricos ou pobres. E informação não é igual à mudança de comportamento, sobretudo quando relacionado à sexualidade. Com mulheres, a questão é ainda mais complexa. Primeiro, a construção social da doença que se deu através dos famosos “grupos de risco” fez com que as mulheres vissem a Aids como algo distante, como uma doença dos *outros*. Segundo, é preciso considerar questões de gênero implicadas: a mulher (ao menos a *de família*) é vista como excluída do domínio da sexualidade, coisa que compete aos homens e às *mulheres de rua*. Assim, como é que uma mulher casada, mãe, dona-de-casa, pode se ver em risco de contrair uma doença associada à sexualidade promíscua ou ao uso de drogas? Que condições essa mulher tem de “negociar” com seu parceiro o uso do preservativo quando nunca discutiram sua relação? Sob esse ângulo, as mulheres das camadas médias e altas estão em melhores condições de adotar medidas preventivas pois possuem os caminhos abertos pelo próprio movimento feminista. Já as mulheres pobres possuem um poder de negociação muito menor, porque vivem num contexto social cujos papéis de gênero são bem mais demarcados.



Sputnik tupiniquim

Jorge Ducatti - Professor no Instituto de Física da Ufrgs

Pergunta. Quais são os projetos brasileiros para lançamento de satélites ?

Resposta – O envolvimento brasileiro em assuntos espaciais se dá em quatro níveis: 1– a encomenda a fornecedores estrangeiros de serviços completos (veículo lançador, satélite e procedimentos de inserção na órbita desejada), ficando o Brasil encarregado apenas da operação do satélite; é o caso dos equipamentos de comunicações como os da série Intelsat/Brasilsat; 2– fabricação no Brasil do satélite e compra dos outros serviços; é o caso do SCD-1 (Satélite de Coleta de Dados), construído no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e lançado em 1993 por um foguete americano; 3– projetos de cooperação internacional como, por exemplo, o acordo entre a China e o Brasil, que prevê a construção de pelo menos dois satélites para sensoriamento remoto e recursos naturais colocados em órbita por foguetes chineses tipo Longa Marcha; 4– o projeto MECB (Missão Espacial Completa Brasileira), que propõe dotar o país do completo domínio de toda tecnologia espacial. Como a construção de satélites nacionais de alguns tipos já é possível, dada a existência do Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE, em plena operação, capaz também de desempenhar a parte de controle, resta o domínio da tecnologia de foguetes, a qual está em desenvolvimento pelo setor militar após grande atraso. O primeiro teste do Veículo Lançador de Satélites (VLS) está previsto para as próximas semanas, o que permite a previsão de que a curto prazo o SCD-2 seja lançado a partir da base construída em Alcântara, Maranhão. Em sequência à MECB, outros satélites nacionais de sensoriamento remoto já estão em construção ou em projeto.

P – Há possibilidade do setor espacial brasileiro inserir-se no mercado internacional como fornecedor de equipamentos?

R – O Brasil vem buscando, há vários anos, parcerias para concluir a base de Alcântara e, a partir disto, operá-la em parceria ou em nível de aluguel de serviços. Essa busca é razoável, dado o custo muito alto desses equipamentos; até agora, mais de 100

milhões de dólares foram investidos na base, cuja principal vantagem é sua posição próxima à linha equatorial. Esta é a possibilidade mais real de inserção no mercado internacional. Ainda há o VLS, se e quando funcionar, e que poderá competir com outros foguetes oferecidos ao mercado pelos Estados Unidos, Rússia, ESA (Agência Espacial Européia), China, Japão, e outros países e mesmo empresas privadas em futuro não muito distante. As possibilidades no setor dos satélites propriamente ditos são mais incertas, dada a sofisticação tecnológica de muitos destes equipamentos. Satélites de comunicações, por exemplo, são extremamente complexos e caros, dadas suas exigências de desempenho e confiabilidade. Já no setor de recursos naturais, oceanos e meteorologia, há boas perspectivas nacionais, dada a experiência adquirida nos últimos dez anos.

P. O governo fixou o limite de 51 % nas ações com direito a voto para o capital nacional nas concessões para telefonia celular e para concessões de TV a cabo. Como fica essa questão do capital nacional no caso dos satélites ?

R – Esta questão refere-se aos satélites de comunicações que são, de longe, o setor espacial com maior apelo comercial (a comparar com satélites de sensoriamento remoto ou de recursos naturais, a cargo dos governos pela lógica da socialização dos custos ou ainda mais com os satélites científicos ligados à pesquisa básica). Por enquanto, os satélites de comunicações que servem o mercado brasileiro pertencem e são operados pelo governo que os comprou a um custo aproximado de 100 milhões de dólares cada. Em alguns países os satélites são privados, podendo-se prever que na atual onda de privatização das comunicações os satélites nacionais existentes ou futuros poderão ser privatizados. A participação nacional no setor, que ainda não foi definida, poderá seguir o modelo de outras privatizações onde os custos de investimentos básicos não são computados, privatizando-se apenas os lucros da operação dos equipamentos que se pagam em um ou dois anos. Dada a tendência à queda dos custos ligados à atividade espacial, em menos de dez anos o espaço estará ao alcance de corporações de médio porte de muitos países.

Brasílianas

Pacientes do SUS estão desnutridos

Quase a metade (47,6%) dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) estão desnutridos, revela pesquisa desenvolvida pela Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral (SBNPE). E mais: em 12,4% dos pacientes analisados, a desnutrição constatada foi considerada grave.

Os pesquisadores analisaram 4 mil pacientes em 25 hospitais de 13 estados, entre maio e novembro do ano passado. Segundo Dan Waitzberg, presidente da Sociedade, a dimensão da amostragem — que abrange quase 1% dos pacientes do SUS — faz do estudo o maior já realizado no mundo sobre o assunto. O Ministério da Saúde informou por intermédio de sua assessoria de imprensa que não comentaria os resultados da pesquisa até que tivesse acesso aos dados completos do relatório. Segundo a SBNPE, o ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, recebe amanhã o estudo das mãos dos pesquisadores. (JCE-mail).

Cooperação em pesquisa com EUA

A assinatura de acordos de cooperação nas áreas de pesquisa tecnológica e meio ambiente foi um dos temas da rápida passagem do presidente dos EUA, Bill Clinton, por Brasília.

O mais importante deles — abordado pelo chefe da Nasa, Daniel Goldin, em uma reunião no Ministério de C&T — foi a construção de uma estação espacial, da qual o Brasil participará.

Os EUA também querem participar de projeto brasileiro para estudar a Amazônia e seu peso na determinação do clima mundial. E o Brasil quer pesquisar, junto com os americanos, os efeitos do esfriamento das águas do Atlântico sobre a Terra, além da desertificação do Nordeste. (JC E-mail)

Visita à escola do MST

A Adufrgs, a convite do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, está organizando uma visita ao Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária), fundado e mantido pelo MST. O Instituto, no município de Veranópolis, se dedica à formação de professores que atuam em acampamentos e assentamentos. A visita será realizada no dia 8 de novembro (sábado), com saída de Porto Alegre às 8 horas e retorno previsto para às 18 horas. Os interessados devem fazer reserva até o dia 4 pelo telefone 228.11.88.

Em fevereiro, inclua Porto Alegre no seu roteiro de férias
XVII Congresso ANDES/SN
6 a 12 de fevereiro de 1998

Ditos & Pitos

“O governo é como um violino. Você pega com a esquerda e toca com a direita”.

– José Sarney, em 3/2 de 1995.

“Um ministério que tem Pelé e Sérgio Motta define qualquer governo”.

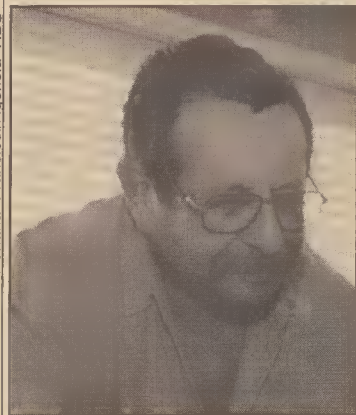
– Francisco Oliveira, cientista social, em 95.

“A superioridade do economista sobre os demais é que ele fala do que ninguém entende”.

– Nelson Rodrigues, dramaturgo, em 1977.

“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Max.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”.

– Previsão do tempo para o Jornal do Brasil, depois da decretação do AI-5, em 14 de dezembro de 1968.



É preciso ousar!

Israel Roisenberg – Professor Titular do Departamento de Genética da UFRGS

seu sucesso, prestígio para a nossa Universidade. Ainda assim não têm o reconhecimento formal em sua própria Universidade.

Em 1990, a Câmara Especial de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRGS (V Câmara), consultou o Reitor Tulsdon Dick sobre a possibilidade de manter professores aposentados em atividade como docentes e/ou orientadores. A Assessoria Jurídica do Departamento de Pessoal informou que os Cursos não poderiam autorizar a permanência desses docentes, sob pena de responsabilização funcional do coordenador.

Em outubro de 1993, a V Câmara, agora sob nova gestão, retomou o assunto e solicitou ao Reitor Héglio Trindade estudo pelo Conselho Superior competente da emissão de ato para o reconhecimento formal, disciplinando o aproveitamento desses docentes. Outras universidades públicas federais (por exemplo, a UFPR e a UFSC) ou estaduais (por exemplo, a USP e UNICAMP), já haviam dado este reconhecimento, disciplinando-o através de seus conselhos superiores.

O Reitor determinou que a V Câmara elaborasse uma proposta nos moldes da Universidade Federal de Santa Catarina (sem remuneração). Após consulta a vários cursos, a proposta foi feita envolvendo atividades de ensino/orientação em nível de pós-graduação, pesquisa e extensão por

docentes aposentados, recém-doutores portadores de bolsa de pesquisa, docentes de outras IES e pesquisadores de outras instituições de pesquisa. Todos os docentes e pesquisadores deveriam apresentar propostas de atividades e assinar um Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Esta proposta (Processo 104594/93-19) passou pelo CEPE que, procurando aperfeiçoá-la, incluiu também servidores técnico-administrativos aposentados, denominando a todos de Colaboradores Convidados.

Finalmente, a proposta chega ao Conselho Universitário e o relator da Comissão de Legislação e Regimentos, professor César A. Zen Vasconcellos, propõe o parecer 154/97 em que procura aprimorar a proposta de Resolução.

Não há reparos ao relato, o qual dá ênfase ao reconhecimento da comunidade universitária e das agências de fomento no apoio aos pesquisadores qualificados, independente de sua condição de aposentado. Porém, na análise da proposta apresentada pelo CEPE, apesar de recomendar sua aprovação na essência, preocupa-se com direitos trabalhistas e emite restrições ao caráter voluntário dos Colaboradores Convidados.

Assim, o Parecer emite proposta alternativa através de 4 programas, a saber: Professor Visitante, Professor Convidado, Colaborador Convidado e Técnico Sênior.

Segundo nosso entendimento, existem reparos a serem feitos em todos os Programas.

Professor Visitante - Desenvolverá atividades de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão. Nas unidades serão ouvidas as Comissões de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, enquanto que a Comissão de Graduação foi omitida. Por quê?

Professor Convidado - Reservado exclusivamente para docentes aposentados, destinados especificamente para atividades de pesquisa (excepcionalmente para as demais atividades afins), depende de dotação orçamentária. Como realizar pesquisas relevantes e essenciais fora da pós-graduação? Apesar dessa restrição, o Programa estará vinculado à Pós-Graduação. O Programa vigorará pelo prazo experimental de 01 (um) ano.

Colaborador Convidado - Reservado para jovem doutor não integrado ao mercado de trabalho. Jovem como doutor ou jovem como idade? Qual a definição de jovem? Depende da definição orçamentária. Apesar de ter, certamente, menos experiência e qualificação acadêmica que o Professor Convidado, suas atividades deverão concentrar-se preferencialmente na pesquisa e ensino em nível de pós-graduação. Também aqui o Programa vigorará pelo prazo experimental de 01 (um) ano.

Técnico Sênior - Restrito a técnico-administrativos aposen-

tados pela UFRGS. Por que não estender a aposentados em geral, desde que qualificados? O ingresso será por período de 6 meses, renováveis até o máximo de dois anos. Por que a limitação de tempo exclusivamente a este Programa? O Programa vigorará pelo prazo experimental de 6 meses.

Ainda que extremamente detalhada, essa proposta apresenta pressões. Como enquadrar aqueles vinculados a outras instituições de ensino ou pesquisa e que também participam de vários cursos de pós-graduação na UFRGS? Como enquadrar técnico-administrativos que, por falta de vagas, não têm vínculo empregatício e que são pagos através dos recursos de projetos de pesquisa das agências de fomento ou até por recursos próprios dos docentes? Como enquadrar nossos docentes aposentados, sem bolsa de pesquisa e que por pura abnegação desejam continuar colaborando com a UFRGS? O aproveitamento dos Programas para ensino de graduação, responsabilidade intransferível da universidade, não esvaziará as reivindicações para manutenção ou mesmo ampliação das vagas docentes?

É preciso ousar, com a ousadia da transparência e da boa fé, sem as amarras, às vezes mesquinha, dos ranços legais. Ousar ao dar a estes docentes, pesquisadores e técnico-administrativos, independente de remuneração, o respeito e a homenagem merecida.

Por uma política institucional

César Augusto Zen Vasconcellos – Professor no Instituto de Física da UFRGS

Diferentes categorias de pesquisadores, aposentados, recém-doutores e pós-doutorandos, participam de atividades de ensino, pesquisa e extensão em nossa Universidade, tornando necessário o estabelecimento de uma política institucional que contemple, de uma forma coerente e consistente, a diversidade de concepções, enfoques e objetivos das diferentes áreas do conhecimento, no que concerne o adequado aproveitamento desses profissionais.

Existe, por outro lado, reconhecimento generalizado na comunidade universitária, bem como entre aqueles profissionais que atuam nas diferentes agências de fomento à pesquisa, da elevada qualificação, na maioria das vezes, dos pesquisadores que se enquadram nas categorias supra-citadas. O reconhecimento desta elevada qualificação materializa-se, do ponto de vista das agências de fomento, através da concessão, entre outras, de bolsas de Produtividade em Pesquisa, Pesquisador Visitante, Recém-Doutor e Pós-Doutorado e do financiamento dos seus projetos de pesquisa.

Há uma compreensão generalizada de que a contribuição desses pesquisadores é, na maioria das vezes, indispensável para a manutenção da qualificação das atividades-fim de nossa Universidade. O eventual afastamento de docentes aposentados, além de representar em muitos casos a perda de lideranças acadêmicas importantes sem a possibilidade de reposição imediata de profissionais igualmente qualificados, pode levar à inviabilidade da continuidade de projetos em linhas de pesquisa fundamentais.

Quanto aos recém-doutores e pós-

doutorandos, a impossibilidade da sua imediata integração à UFRGS pode levá-los a buscar outras alternativas no mercado de trabalho brasileiro ou até mesmo no exterior, o que representaria um risco inaceitável à integridade dos investimentos realizados pelo País na formação de recursos humanos qualificados. Acrescente-se a isto que a sua articulação ao Pós-graduação pode representar o embrião para um desejável aproveitamento posterior definitivo junto a nossa instituição.

Há, porém, atividades acadêmicas ou administrativas a serem eventualmente contempladas com a participação desses profissionais que são de naturezas distintas. E esta distinção, entendemos, deve ser levada em consideração em uma proposta que vise o seu aproveitamento junto à instituição. Por exemplo, um pesquisador-doutor aposentado tem certamente maior experiência profissional do que um jovem recém-doutor, não nos parecendo adequado, por exemplo, contemplá-los com uma mesma posição institucional, quando de seu eventual aproveitamento, tanto no que diz respeito aos aspectos acadêmicos – uma vez que tal decisão empobreceria, a priori, o leque de opções no que diz respeito à definição de possíveis formas de materialização deste aproveitamento, nas atividades de graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação – quanto do ponto de vista financeiro/administrativo – uma vez que tal decisão não levaria em conta a existência de diferentes agências e fontes de financiamento, com diferentes rubricas e programas, as quais contemplam tais distinções e estabelecem, como consequência,

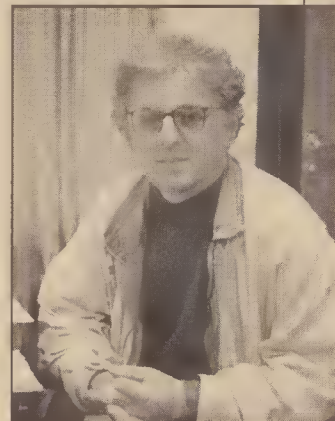
diferentes critérios para a concessão de bolsas e para o financiamento a projetos de pesquisa.

Resalte-se também que a admissão de Professores Visitantes, regulamentada através da Lei 8745 de 09.12.93, já contempla a possibilidade de contratação por tempo determinado e com salários compatíveis com a Carreira do Quadro do Magistério Superior, de docentes aposentados, recém-doutores e pós-doutorandos entre outros profissionais igualmente qualificados, independentemente de sua origem institucional, necessitando meramente, no que diz respeito à UFRGS, de adequação institucional.

Com o intuito de possibilitar uma discussão objetiva sobre essa questão, consideramos que uma proposta consistente e coerente de aproveitamento institucional desses profissionais deve se estruturar em uma série de 4 (quatro) programas, assim organizados: Programa Professor Visitante, com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento e a consolidação institucional de novas áreas de pesquisa, a execução de projetos de pesquisa e o atendimento aos cursos de Pós-graduação, de Graduação e as atividades de Extensão; Programa Professor Convidado, com o objetivo de possibilitar a continuação de atividades de pesquisa relevantes e essenciais, através da permanência na instituição de docentes aposentados, bem como a atuação, em caráter excepcional, destes profissionais em cursos de Pós-graduação e de Graduação e em atividades de Extensão; Programa Colaborador Convidado com o objetivo de possibilitar a participação de recém-doutores e pós-doutorandos bolsistas

em atividades docentes e de orientação em nível de pós-graduação e em atividades de graduação e extensão e, finalmente, o Programa Técnico-Administrativo, com o

objetivo de possibilitar a atuação de servidores técnico-administrativos aposentados em atividades de serviço prioritárias e essenciais bem como a prestação de treinamento administrativo em serviço. Os quatro programas tem versões preliminares já elaboradas, os três primeiros pelos membros da Comissão de Legislação e Regimentos do CONSUN e o último pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Os referidos programas estão em fase de análise por parte do CONSUN. Evidentemente, de forma a impedir o “congelamento” das vagas destinadas a Concursos Públicos de Docentes no futuro, o número total de vagas destinadas aos programas que contemplem também atividades didáticas na graduação não deveria exceder, digamos, a 5 % (cinco por cento) do número total médio anual de docentes do Quadro Permanente de Pessoal do Magistério Superior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta última proposta tem, entretanto, alguns adversários ferozes no âmbito de nossa instituição...



Projetos receberão menos recursos financeiros

Verba caiu 32% de um programa para outro. Ufrgs passa a ter 15 grupos de excelência contemplados em um ano

Menos de um ano depois de comprar uma briga com a comunidade acadêmica por distribuir muitos recursos para poucos pesquisadores, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) volta a selecionar os melhores entre os melhores para entregar a verba da segunda etapa do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex).

Reunidos no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, no final de setembro, 66 assessores trabalharam junto à Comissão de Coordenação e aprovaram 85 projetos de pesquisa. Os escolhidos dividirão em quatro anos a soma de R\$ 62.583.000,00, uma verba 32% menor do que os R\$ 94,2 milhões distribuídos no Pronex-1 para 77 projetos.

A performance do Rio Grande do Sul, e particularmente da Ufrgs, melhorou nesta fase do programa. Do total de projetos, 11, ou 13,7%, são sediados em universidades gaúchas. Nove, ou 11,6% do total, possuem coordenadores ligados à Ufrgs e dois à Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). No Pronex-1, o Estado tinha levado oito projetos, sendo que seis eram da Ufrgs.

A maior fatia dos recursos (R\$ 28,6 milhões) foi destinada à área de Ciências da Vida pelo fato de concentrar quase metade dos projetos aprovados. Nesse segmento encontram-se também cinco dos nove grupos da Ufrgs que foram selecionados.

De uma seleção para outra, os recursos disponíveis para o Pronex caíram enquanto o número de projetos aprovados aumentou. São R\$ 31.617.000,00 a menos para contemplar oito pesquisas a mais. Na primeira etapa, a média por projeto estava em R\$ 1,2 milhão. O Pronex-2 causou uma redução para R\$ 736 mil.

A lista dos eleitos na nova fase

Ciências da Vida

(Total: R\$ 28.669.000,00)

Instituto Butantã	Isaías Raw	R\$ 1,1 milhão
UFRGS	Francisco M. Salzano	R\$ 700 mil
UFRJ	Leopoldo de Meis	R\$ 1 milhão
UFRJ	Fernando Garcia Melo	R\$ 900 mil
USP	Ricardo Brandt	R\$ 770 mil
UFRGS	Célia Carlini	R\$ 800 mil
Unifesp	Luiz Travassos	R\$ 700 mil
UFRJ	Roberto Lent	R\$ 1 milhão
USP	Naércio Aquino Menezes	R\$ 1,051 milhão
UFRGS	Ibanor Anghinoni	R\$ 1 milhão
HCPA/RS	Roberto Giugliani	R\$ 1 milhão
Ufpel	Franklin Riet-Corrêa	R\$ 611 mil
UFRJ	Ricardo Gatass	R\$ 1,005 milhão
USP	Eder Quintão	R\$ 805 mil
UFRGS	Aoi Massuda	R\$ 901 mil
Embrapa/Soja	Flávio Moscardi	R\$ 990 mil
Unicamp	Antônio C. Boschero	R\$ 810 mil
FioCruz	Samuel Goldenberg	R\$ 950 mil
USP	Rui Curi	R\$ 698 mil
Ufpel	Cláudio Pimentel	R\$ 500 mil
FioCruz	Carlos Médiçi Morel	R\$ 802 mil
UFMG	Marcus Vinícius Gomes	R\$ 701 mil
Unicamp	Anibal E. Vercesi	R\$ 1,010 milhão
USP/São Carlos	Glaucius Oliva	R\$ 701 mil
UnB	Linda Styer Caldas	R\$ 1,05 milhão
Inst. Ludwig	Andrew Simpson	R\$ 900 mil
UFRJ	Jerson L. Silva	R\$ 802 mil
Unesp	Ciro A. Rosolen	R\$ 802 mil
USP/Rib. Preto	José A. Rodrigues	R\$ 987 mil
UFMG	Robson Santos	R\$ 801 mil
Embrapa/Trigo	Maria Irene Fernandes	R\$ 500 mil
UFRJ	Johana Dobereiner	R\$ 1,191 milhão
USP/Rib. Preto	Sérgio Ferreira	R\$ 600 mil

Ciências Humanas e Sociais

(Total: R\$ 6.478.000,00)

PUC-Rio	Francisco Falcon	R\$ 582 mil
UFRJ	Ângela Rocha	R\$ 570 mil
UFRJ	Moacir Palmeira	R\$ 781 mil
UFSCar	Júlio Rose	R\$ 437 mil
Unicamp	Sidney Chalhoub	R\$ 744 mil
UnB	Charles Müller	R\$ 762 mil
Unicamp	Eduardo J. Guimarães	R\$ 740 mil
UFMG	Luiz C. Queiroz	R\$ 670 mil
USP	Roberto Sbragia	R\$ 634 mil
Unicamp	José Graziano da Silva	R\$ 558 mil

Ciências Exatas e da Terra

(Total: R\$ 11.853.000,00)

Inpe	Barclay R. Clemesha	R\$ 1.014 milhão
CBPF	Constantino Tsallis	R\$ 350 mil
Unicamp	Ernesto R. Gonzales	R\$ 470 mil
CBPF	Alfredo M. Ozorio	R\$ 250 mil
USP	Adolpho J. Melfi	R\$ 970 mil
USP	Ricardo Galvão	R\$ 500 mil
UFPE	Sérgio Machado Rezende	R\$ 700 mil
UFPE	Gilberto F. de Sá	R\$ 600 mil
UFRGS	Miriani Pastoriza	R\$ 500 mil
UFPE	Maurício D. Coutinho Fº	R\$ 350 mil
Unicamp	Djairo G. Figueiredo	R\$ 500 mil
UFRGS	Milton L. Laquitine	R\$ 730 mil
UFMG	Francisco de Sá Barreto	R\$ 350 mil
Impa	Alfredo Noel Jussem	R\$ 400 mil
Ufscar	João Batista Fernandes	R\$ 770 mil
Unicamp	Marco Aurélio de Paoli	R\$ 634 mil
Unicamp	Yoshitaka Gushiken	R\$ 400 mil
Impa	Carlos T. G. Vidalon	R\$ 250 mil
USP	Gil da Costa Marques	R\$ 250 mil
USP	Heleno Bolfarini	R\$ 220 mil
UFPE	Cid B. de Araújo	R\$ 900 mil
USP	A. Szanto de Toledo	R\$ 745 mil

Tecnologia

(Total: R\$ 15.583.000,00)

LNCC	Raul A. Feijó	R\$ 863 mil
UFRJ	Fernanda Coutinho	R\$ 858 mil
UFRJ	Willy A. Lacerda	R\$ 1.050 milhão
IPT	Antônio Maria Bonomi	R\$ 973 mil
UFPE	Sílvio Romero Meira	R\$ 638 mil
UFRJ	Marco A. Nascimento	R\$ 930 mil
USP/São Carlos	José R. Campos	R\$ 1,199 milhão
UFRGS	Iduivirges Müller	R\$ 607 mil
USP	Yoshiharu Kohayakawa	R\$ 580 mil
UFMG	Nívio Ziviani	R\$ 809 mil
UFSCar	Edgar Dutra Zanotto	R\$ 709 mil
IPH/UFRGS	Carlos E. Tucci	R\$ 1,057 milhão
Unicamp	Tomasz Kowaltowsky	R\$ 921 mil
UFV	José Lívio Gomide	R\$ 1,388 milhão
USP	Francisco Ambrósio	R\$ 596 mil
PUC-Rio	Carlos Pereira Lucena	R\$ 760 mil
Inpe	José Gobbo Ferreira	R\$ 500 mil
UFSC	João Pedro Bastos	R\$ 430 mil
UFSCar	Elson Longo da Silva	R\$ 715 mil

A fatia dos núcleos de excelência da Ufrgs

1) Variabilidade Genética, Normal e Patológica em Populações Humanas Sul-Americanas e seu significado evolutivo

Coordenador: Francisco Salzano - Departamento de Genética
Objetivo: Verificação da diversidade genética em diferentes grupos humanos tanto no que se refere à variação normal quanto àquela causada por doenças.
Recursos: R\$ 700 mil

2) Desenvolvimento de Plantas Transgênicas Resistentes a Insetos: uma abordagem entológica e molecular

Coordenadora: Célia Carlini - Departamento de Biofísica
Objetivo: Colocar gens de proteínas tóxicas para insetos em diversos tipos de plantas, desde tabaco e cana de açúcar até plantas comestíveis, visando protegê-las do ataque de insetos.
Recursos: R\$ 800 mil

3) Sistemas Estelares e sua conexão com a evolução e atividade de galáxias

Coordenador: Miriani Pastoriza - Departamento de Astronomia
Objetivo: Manutenção das atividades de pesquisa e melhoria das atividades computacionais das pesquisas realizadas pelo Departamento de Astronomia.
Recursos: R\$ 500 mil

4) Controle Imunológico do Carrapato, Boophilos, Microplos: seleção e produção de proteínas em sistemas heterólogos

Coordenadora: Aoi Massuda - Depto. de Biotecnologia
Objetivo: Desenvolvimento de vacina para controlar o carrapato.
Recursos: R\$ 901 mil

5) Avaliação e Controle dos Impactos Ambientais Decorrentes da Urbanização

Coordenador: Carlos Tucci - Instituto de Pesquisas Hidráulicas
Objetivo: Compatibilizar o desenvolvimento urbano com ambiente e recursos hídricos. Estabelecer parâmetros para planejamento, metodologia e instrumentos que permitam desenvolver um Plano Diretor de Drenagem associado ao Plano Diretor Urbano.
Recursos: R\$ 1,057 milhão

6) Desenvolvimento e Avaliação de Revestimentos em Aços Estruturais

Coordenadora: Iduivirges Müller - Depto. de Engenharia Metalúrgica
Objetivo: Obter revestimentos que tenham desempenho adequado a solicitações cíclicas em água do mar e outros ambientes agressivos.
Recursos: R\$ 607 mil

7) Etiopatogenia do Dano Neurológico nos Erros Inatos do Metabolismo: uma abordagem integrada

Coordenador: Roberto Giuliani - Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Objetivo: Investigar a patogênese das alterações neurológicas através de estudos bioquímicos com o emprego de análise molecular.
Recursos: R\$ 1 milhão

8) Desenvolvimento de Tecnologia para o Estabelecimento e Manejo de Agroecossistemas de elevadas capacidades produtiva e de auto-sustentação

Coordenador: Ibanor Anghinoni - Departamento de Solos
Objetivo: Produzir tecnologia que possibilite o estabelecimento de agroecossistemas eficazmente produtivos com redução de insumos químicos e de energia.
Recursos: R\$ 1 milhão

9) Controles Geoquímicos e Metalogenéticos na Evolução Crustal do Segmento Meridional da América do Sul

Coordenador: Milton Laquitine - Instituto de Geociências
Objetivo: Estudar a evolução da crosta e as futuras jazidas de metais que possam aparecer.
Recursos: R\$ 730 mil

A PUC, as mantenedoras e o lucro

No final do mês de agosto deste ano, o meio universitário teve uma grande surpresa ao abrir a Revista Amanhã, edição especial com "Os Grandes do Rio Grande do Sul". No ranking das maiores empresas do Estado, figurava pela primeira vez o nome da União Brasileira de Educação e Assistência (Ubea). Para quem não sabe, a Ubea é uma das sociedades civis mantenedoras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). O que muita gente também não sabe é que por trás da PUC existe outra empresa. É a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (Usbee), entidade sem fins lucrativos, que detém todo o patrimônio imobiliário da universidade. A relação da Ubea com a Usbee e das duas com a PUC é um mistério guardado a sete chaves. Dentro do MEC, no INSS e no próprio campus ninguém fala sobre o assunto.

Raquel Sager

A Revista Amanhã já realiza este trabalho sobre as "Grandes" desde 1988 e este é o primeiro ano que a mantenedora da PUC figura entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul. No ranking geral ela desponta em 32º lugar. Para obter este número, foram analisados dados dos balanços divulgados pela própria mantenedora da PUC sobre o seu capital social, reservas de capital e da reavaliação dos lucros e prejuízos acumulados.

Entre os itens da Amanhã (ver quadro), a Ubea aparece ainda em 9º lugar em rentabilidade de vendas, com uma variação de 19,18%. Conforme a publicação, este número mede a eficiência de uma empresa em produzir lucro. Ou seja, para cada R\$ 100,00 que recebeu, teve um lucro de R\$ 19,18.

A Ubea, também, é a 8ª empresa mais capitalizada, com 92,64% em relação ao ativo total. Conforme análise de um contabilista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), isto quer dizer que em cada R\$ 100,00 que ela tem em bens (mensalidades, dinheiro, aplicações, prédios e terrenos) e direitos a receber (mensalidades em atraso) ela só tem R\$ 7,36 de dívidas. A liquidez de uma empresa é analisada através da sua dívida a curto prazo e o que ela dispõe para pagar. No caso desta mantenedora, ela dispõe de R\$ 6,00 para pagar apenas R\$ 1,00. Em boa matemática, a Ubea lucra R\$ 5,00.

Como uma entidade filantrópica, portanto sem fins lucrativos, pode obter uma variação de mais de 100% entre 1995 e 96 no seu Valor Ponderado de Grandeza. Este VPG é resultado do cálculo da soma com pesos específicos dos três principais componentes de um balanço. Uma delas é a Receita operacional bruta, que no caso da PUC são as mensalidades; outra é o lucro líquido,

calculado através da receita bruta abatendo as suas despesas; e o patrimônio líquido que é tudo o que ela tem para receber menos o que está devendo.

Por estratégia ou prudência, esse se tornou um assunto muito delicado e não foi explicado pelos dirigentes da PUC. O pró-reitor de graduação e presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio Grande do Sul (Sinepe), Francisco Alfredo Jardim, justifica essa classificação dizendo que uma universidade privada tem que se estruturar de uma forma empresarial para poder administrar o processo. “Ela só tem recursos das mensalidades”, assegura.

“A PUC, há muito tempo, vem fazendo um trabalho de organização. Num passado recente, quando muitas estruturas tiveram problemas e algumas até fecharam em função destes planos todos (do governo) e de uma série de fatores, a PUC tornou-se, sem dúvida nenhuma, uma das universidades particulares mais sólidas no Brasil”. E isso, segundo o Pró-Reitor, não é somente um processo de decisão administrativa isolada —é, acima de tudo, um processo político e de ensino para poder atender a sua estrutura.

Jardim, no entanto, não quis entrar em maiores detalhes sobre o gerenciamento da mantenedora e indicou o irmão Marista e reitor Norberto Rauch. Procurado pela reportagem do Adverso para explicar a relação das mantenedoras com a PUC, o reitor não quis se manifestar. Ele agradeceu a “lembança e a preocupação” mas não tocou no assunto.

O lucro

As altas somas de dinheiro administradas pela Ubea/Usbee através da PUC e o permanente crescimento do seu “parque patrimonial” há muito vêm provocando reações entre os alunos e sindicatos ligados a PUC. De acordo com o secretário de política sindical do Sinpro, João Luiz Steimbach, a questão do lucro da PUC é muito delicada. Segundo ele, nas negociações para os acordos salariais, sempre que é solicitada uma revisão nestes dividendos acontece uma reação imediata e impressionante por parte dos diretores do sindicato patronal. “O lucro

nas escolas e universidades privadas é um tabu que eles negam. Nem nós do sindicato e nem a clientela tem acesso a essas informações”, diz o secretário.

Se os números são uma incógnita, o crescimento patrimonial constante acontece a olhos vistos. Por se tratar de uma entidade filantrópica e portanto sem fins lucrativos, a instituição tem de fazer escoar o dinheiro acumulado através de mensalidades e de impostos que deixa de pagar por causa das isenções fiscais em todos os níveis (leia box ao lado). Isso sem falar do acumulado durante a época em que as universidades privadas eram subsidiadas pela União e pelos Estados.

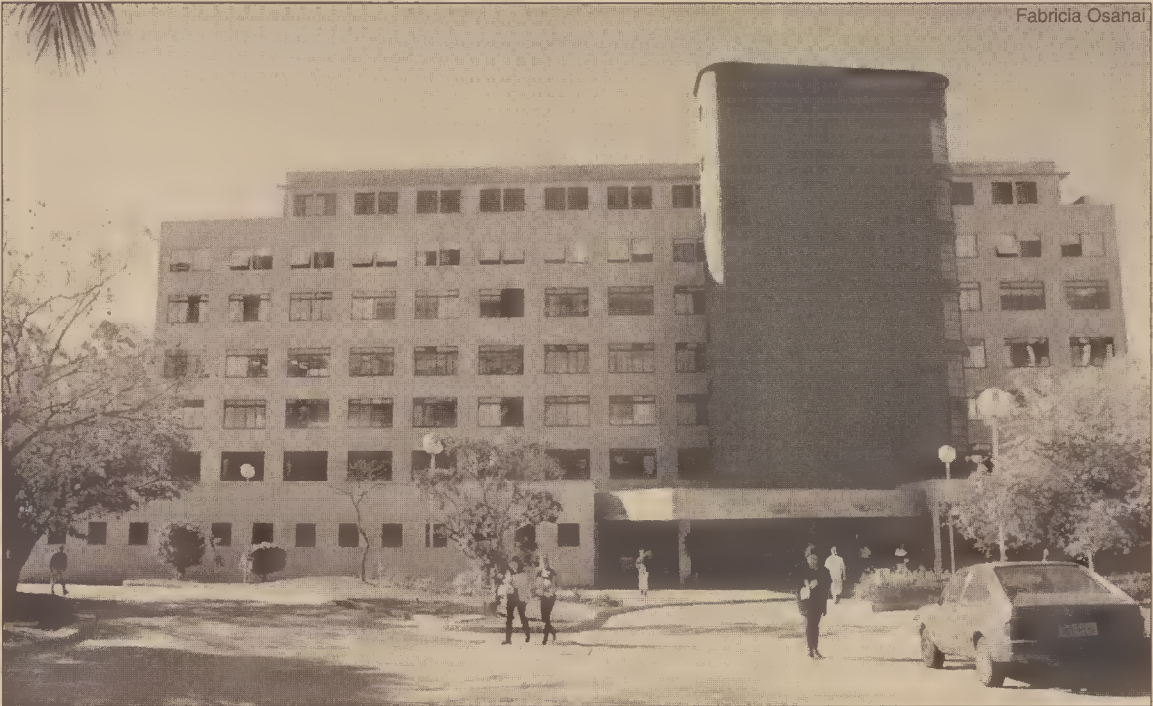
Atualmente, de acordo com o diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura (MEC), José Luiz da Silva Valente, não existe nenhum tipo de verba destinada às privadas. “Somente se repassa através do Crédito Educativo que é um benefício ao aluno”, informa. "Existe também no MEC o Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior que está sendo desenvolvido e que prevê uma verba para o Programa de Apoio à Biblioteca e autoriza o Financiamento para Construção e Compra de Equipamento, este segundo feito pelo BNDES”, diz Valente.

Na opinião do Coordenador da Secretaria de Finanças e Administração do Sinpro, Amarildo Pedro Cenci, agora as escolas e Universidades privadas não precisam mais do dinheiro do governo pois já estão ricas o suficiente. “A maioria das escolas, no Rio Grande do Sul, estão completando 30 ou 35 anos. Surgiram na época da ditadura militar com financiamento do poder público, unindo o domínio das oligarquias regionais, igreja e o poder político local.”, comenta Amarildo.

Ele completa afirmando que as universidades privadas foram fundadas em pontos estratégicos onde não havia instituições públicas. “Por exemplo, como era possível não ter uma Universidade em Caxias do Sul ou Pelotas, regiões de grande crescimento econômico? Então o Governo Federal fornecia dinheiro para que fosse aberta uma particular”, critica Cenci.

	Classif.	96 (R\$ milhões)	95 (R\$ milhões)	
100 Maiores Empresas	32º	146,39 (VPG)		
30 Maiores Patrimônios Líquidos	26º	164,55	137,93	19,30%
Rentabilidade de Vendas	9º	-	-	19,18%
Mais Capitalizadas	8º	-	-	92,64%
Menores Endividamentos	9º	-	-	7,65%
Liquidez	6º	-	-	6,13 (Índice)

Fonte: Revista Amanhã/Agosto de 97



Prédio da Reitoria onde os segredos da PUC são guardados a sete chaves

Leis oferecem vantagens a instituições particulares

Com o fim dos subsídios federais a fundo perdido, as entidades filantrópicas de ensino usufruem cada vez mais dos incentivos fiscais autorizados pelo Governo. Enquanto uma empresa normal é obrigada a pagar diversos tipos de tributos tanto em nível Federal, como Estadual e Municipal, as mantenedoras da PUC estão isentas desses encargos.

Ano a ano surgem Leis que garantem a imunidade fiscal dessas instituições. Uma delas é a que isenta entidades filantrópicas da contribuição da cota patronal destinada à Seguridade Social, ou seja, 20% do total das remunerações pagas ou creditadas no decorrer do mês, aos empregados e trabalhadores avulsos e autônomos que lhes prestem serviço. No caso da PUC, que gastou R\$ 4.141.588,58 no mês de agosto, com seus 2.325 funcionários e professores, conforme consta na guia de recolhimento do INSS divulgada pelo Sinpro, deixou de pagar à Previdência Social R\$ 828.317,72, naquele mês. Mais, de 3% a 5% referente a outros encargos sociais devidos por uma empresa ao INSS.

As entidades de ensino possuem ainda imunidade tributária por serem consideradas de utilidade pública. Assim, fica proibido à União, aos Distritos Federais e aos Municípios cobrar qualquer tipo de imposto das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos sobre patrimônio, renda e serviços. Desta forma, a Ubea e a Usbee estão dispensadas de pagar os 35% sobre o resultado líquido correspondente ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e uma série de outros tributos (leia a lista).

Isenção total gera discórdia. Dentro da Receita Federal existem controvérsias sobre a real aplicabilidade da isenção do Cofins e PIS. Outorgada pelos militares na Constituição de 1967, a imunidade fiscal para Cofins

O listão da isenção

- Cota Patronal do INSS (liberada pela Lei Nº 8.212, 24/07/91 – art. 55, inciso II)
- IRPJ, ISSQN, IPTU, ITBI (liberados pelo Art. 14 do Código Tributário Nacional e Art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal)
- Imposto sobre Importação de Equipamentos (liberado pelas leis Nº 8.010/90 8.032/90)
- Cofins e PIS (liberados pelo Art. 195, inciso III, parág. 7º da Constituição Federal)

Falta de gratuidade abalou a filantropia

Uma das mantenedoras da PUC, a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (Usbee) teve seu pedido de renovação como entidade filantrópica indeferido em 30 de agosto de 1995, através da resolução nº 96. Esse quadro foi revertido, no ano seguinte. Em 5 de julho, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) deferiu em grau de reconsideração o pedido de renovação do certificado à Usbee.

Esse certificado somente é concedido ou renovado pelo CNAS para entidades beneficentes de assistência social, educacional ou de saúde que comprovem estar aplicando integralmente suas rendas nos objetivos institucionais e, em gratuidade, 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços e bens não integrantes do ativo imobilizado. Remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, entre outros, também pode levar à cassação do certificado. De acordo com a diretora substituta da Gerência Regional de Arrecadação e Fiscalização do INSS, Nelma Costa, essa polêmica ainda não está completamente definida. Atualmente, o processo está na Divisão de Arrecadação e Fiscalização de Brasília para ser analisado. Ela diz que o INSS não pode fornecer mais nenhum dado porque

estará ferindo o sigilo sócio-econômico-financeiro da empresa. O motivo que levou a Usbee a ter a renovação do certificado indeferido, de acordo com o Diário Oficial onde foi publicado, foi a não aplicação de 20% em gratuidade da sua receita bruta. Conforme o assessor jurídico da PUC, Roque Bregalda, na época foi realizada uma fiscalização bastante sumária e os fiscais do INSS constataram que haviam sido descumprido alguns dos requisitos que a lei estabelece. “Assim a Previdência Social instituiu um processo e a mantenedora da PUC fez sua defesa”, diz. Ele justifica que os fiscais interpretaram mal determinados quesitos apresentados na escrituração contábil da empresa.

Mas, na realidade, qual é o critério utilizado para saber qual é o aluno carente? Conforme Bregalda, é muito difícil definir o que é um aluno carente. “A Universidade ajuda com meia bolsa entre 3 e 4 mil alunos, eu diria os mais carentes”, informa.

Sigilo administrativo

Como se tornou inviável conseguir quaisquer dados numéricos em termos de arrecadação de mensalidades junto à Universidade é possível fazer uma média da receita da PUC através de recursos do Crédito Educativo, repassados pelo Ministério de



Posto construído no terreno que pertence a uma das mantenedoras da PUC

Quem é o dono dos imóveis do campus?

Apesar de estar entre as 100 maiores empresas do Rio Grande do Sul, a União Brasileira de Educação e Assistência (Ubea) não possui nenhuma propriedade em Porto Alegre, conforme levantamento realizado nos seis Cartórios de Registro de Imóveis da Capital. Esta mesma pesquisa revela que todo o patrimônio imobiliário da PUC está em nome da União Sul Brasileira de Ensino e Assistência (Usbee).

São dezenas de casas e terrenos, um deles chega a medir 220.240 m², outros de 48 mil m², 11 mil m² e um loteamento no Bairro Floresta. Ao todo, conforme registro na Prefeitura Municipal de Porto Alegre para isenção de IPTU, a Usbee possui 88 economias na cidade. Segundo um contabilista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), a classificação da Ubea como a 32ª empresa no *ranking* das maiores do Estado mostra que ela está muito bem financeiramente. Então, o

fato de ter diversos imóveis registrados em nome da Usbee significa que essa empresa também está muito bem. Porque um dos itens para se calcular o patrimônio líquido é a receita da empresa menos as suas despesas. E a construção de um prédio, a aquisição de um terreno, por exemplo, não significa despesa embora exista desembolso. “É um investimento”, diz. O campus da PUC é reconhecidamente um canteiro de obras. Conforme o pró-reitor de graduação da PUC, Francisco Jardim, qualquer tipo de investimento está previsto na planilha de custos dentro de uma proposta pedagógica, onde também se prevê a construção de prédios, laboratórios, compra de equipamentos, manutenção e salários”, justifica o também presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Estado. Apesar de todas estas construções no terreno onde está situado o campus da PUC, nos

Educação e Cultura (MEC). Neste semestre, serão beneficiados 1.882 alunos. A média por aluno, paga pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o Assistente Executivo da CEF em Brasília, Cassiano Drum, referente a 70% do semestre é de R\$ 1.610,70. Com a contrapartida do estudante chega-se ao total de R\$ 2.301,00.

Se esta média é válida também para o total de alunos que não é atingido pelo Crédito Educativo do MEC (17.573) chega-se ao montante de R\$ 44.765.955,00 por semestre, ou R\$ 7.460.992,50 por mês. Pela lei, a PUC/RS teria de dar em gratuidade R\$ 1.492.198,50

A questão de como foi revertido o quadro junto ao INSS gera dúvidas. De acordo com denúncias feitas por alunos da Universidade, quem ajudou fazendo pressão foram deputados do partido ao qual pertencem os dirigentes do Diretório Central de Estudantes (DCE) em troca de “favores”.

O pró-reitor de graduação e presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do RS (Sinepe), Francisco Jardim, lembra que quando este título estava para ser perdido , as mensalidades aumentaram entre 17% e 20%. “Na época, nós cobramos esta diferença e depositamos em uma caderneta de poupança. Se ganhássemos, o dinheiro seria devolvido aos alunos. Então eles próprios lutaram ao nosso lado para ganhar o processo, evitando assim o aumento”, conta Jardim.

Só que estes “favores”, de acordo com as denúncias, não dizem respeito apenas à diminuição das mensalidades. "Por coincidência, na mesma época em que foi revertido o processo começou a ser cobrado dos alunos o valor de R\$ 2,00 a mais nas mensalidades a título de contribuição para o Diretório Acadêmico e repassados para o DCE”, dizem os estudantes.

Segundo os alunos que fazem a denúncia, ninguém é obrigado a pagar essa taxa extra. Para que os R\$ 2,00 não engordem a mensalidade, o estudante é obrigado a ir até o prédio da Reitoria e pedir a isenção. “Isso implica em perda de tempo e a grande maioria acaba pagando”, comentam. Se no caso, somente 50% dos alunos pagassem a contribuição, o DCE teria um rendimento mensal de R\$ 19.455,00.

Por este ou por outro motivo, o presidente do DCE, Luciano Marcantônio, disse que não possuía a planilha de custos da PUC para 1997. A diretoria da entidade se propôs a conseguir junto à Administração. Depois disso, o DCE não atendeu mais ao Adverso.

Cartórios de registro não existem prédios em nome das mantenedoras, somente um terreno vazio.

De acordo com a Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov), no início do ano passado a PUC foi notificada para regularizar as suas construções e assinou um termo de ajustamento onde se comprometia a não realizar mais nenhuma obra sem prévia autorização da prefeitura. A lei não obriga, no entanto, que a construção de um prédio ou casa seja registrada em cartório e, sim, somente na prefeitura.

Outro fato apurado no levantamento realizado nos cartórios foi que o terreno onde está construído o posto de gasolina da Esso Distribuidora, ao lado do Hospital São Lucas da PUC pertence à mantenedora Usbee. Apesar de não pagar IPTU e não ter fins de saúde ou ensino, a PUC recebe aluguel todos os meses pela cedência do terreno.

Programa quer reduzir riscos de radioatividade no Estado

Físicos pretendem criar supervisão radiológica para controlar a manipulação e o armazenamento de materiais e resíduos nucleares

No dia 20 de setembro de 1987, uma cápsula cilíndrica de aço inox era transportada por uma dona-de-casa, passageira de um ônibus de Goiânia. Pesado, o objeto foi colocado várias vezes no piso do veículo para que a mulher pudesse descansar. Dois dias antes, o recipiente havia dado entrada no ferro-velho de seu marido, Devair Alves Ferreira. Havia sido roubado de uma unidade de radioterapia. Curiosos, os filhos do casal começaram a mexer na cápsula, abriram e tiveram uma surpresa: ela continha um pó branco e brilhante. As crianças passaram pelo corpo. Ninguém no Brasil sabia, mas a mulher e os filhos de Devair estavam expostos a 19 gramas do elemento radioativo classificado como Césio-137, responsável pela maior contaminação por radioatividade da história do país.

Todos os locais por onde a cápsula e o pó branco passaram ficaram contaminados. O acidente com o Césio-137 atingiu um total de 20 pessoas. Metade delas foi transferida para uma unidade especializada em tratamento de pessoas irradiadas, no Rio de Janeiro.

Passada uma década do acidente de Goiânia, é preocupante constatar que nada foi feito no Brasil para que se estabelecesse um programa de fiscalização permanente nas áreas que manipulam material radioativo.

Se as cenas que aconteceram em Goiânia (GO) se repetissem hoje no interior do Rio Grande do Sul, as autoridades teriam o mesmo despreparo de 10 anos atrás.

Essas conclusões duras e objetivas são de um professor de física da Ufrgs que diz saber do que fala. Ex-presidente de uma comissão nomeada em 1988 pelo governador para tratar do vazamento de uma quantidade ínfima de Césio no Estado, Cesar Zen Vasconcellos, ressuscitou a idéia do Programa de Supervisão e Proteção Radiológica no Estado do Rio Grande do Sul. "Alguma coisa tem que ser feita, não importa por quem", argumenta.

Segundo Vasconcellos, que trabalha em conjunto com o professor José Irineu Kunrath, o alerta precisa ser dado em todas as áreas. "Não se sabe com clareza

quais são as fontes de radiação no Estado e quem são os responsáveis por esse material", avisa.

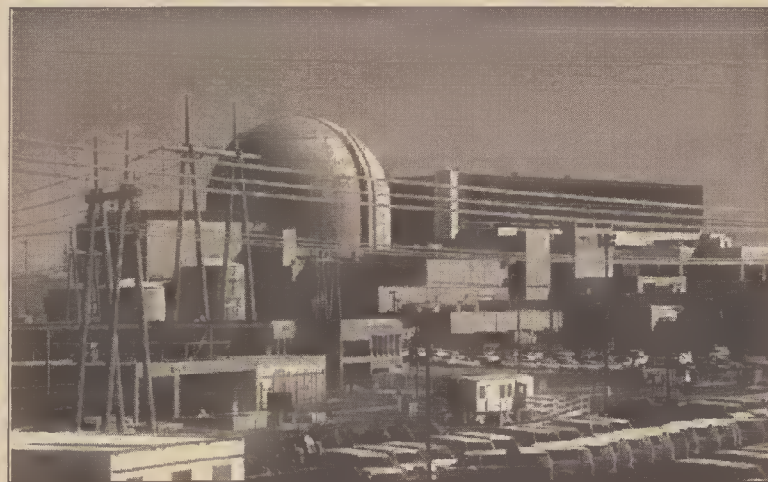
Conforme ele, nem a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), que funciona no centro do país, possui informações atualizadas sobre onde se localizam essas fontes. Vários dispositivos das constituições Federal e Estadual restringem o armazenamento, transporte e manipulação desses materiais. "Mas não existe estrutura de fiscalização", denuncia o físico.

Enquanto nenhum desastre acontece, Vasconcellos continua pregando que a Defesa Civil precisa ser treinada de maneira especial para lidar com o caso de evacuação de uma cidade, por exemplo. "Dependendo da radioatividade, ela pode levar anos para desaparecer", acrescenta o acadêmico.



Efeitos da radioatividade podem persistir por sucessivas gerações

Depois de 11 anos, perigo continua embaixo da terra



Fiscalização permanente reduz riscos de contaminação radiológica

Elas não puderam evitar. Por mais fiscalização contra acidentes nucleares que exista na Europa, a catástrofe de Chernobil, ocorrida naquela cidade da Ucrânia, no dia 26 de abril de 1986, fugiu ao controle dos serviços de emergência e outros programas de prevenção mantidos pelo governo da antiga União Soviética. O resultado da explosão do reator número 4 da usina foi a morte imediata e a curto prazo de 31 pessoas e a hospitalização de outras 500 por seqüelas da radiação. Localizada há 130 km da Capital, Kiev, Chernobil produziu contaminação suficiente para atingir países vizinhos, no Oeste da República Soviética. Todas as cidades situadas a 30 km do núcleo da explosão foram evacuadas.

Mais de 11 anos depois, no final de setembro deste ano, jornais brasileiros publicaram a notícia de que o solo de parte da Europa está contaminado com radioatividade. O agente causador seriam os efeitos do acidente nuclear de Chernobil.

Segundo análise feita pelo Centro de Pesquisa de Meio Ambiente de Munique, alguns tipos de cogumelo apresentam altos índices de contaminação porque tiram os nutrientes que precisam de uma camada mais profunda da terra.

Um representante do Centro, o pesquisador Heinz Jorg Haury, calcula que daqui a 14 anos a radioatividade desses cogumelos será 140% maior que os valores medidos logo após a catástrofe. Atualmente, ela está em torno de 110%. Nas florestas da Baviera, na Alemanha, uma das substâncias continua ativa. O secretário de Meio Ambiente, Thomas Goppel, lembra que apenas a carne de caça e os cogumelos continuam radioativos.

Baseando-se na experiência de Chernobil, é possível imaginar os efeitos causados por um pequeno vazamento de urânio, ou outro material, surgido em uma região onde não exista uma constante monitorização dos níveis de radioatividade.

A polêmica é a fonte de inspiração do ADVERSO

Colabore com o seu jornal: escreva para a redação. Críticas, artigos, cartas, tudo é bem vindo.

PARA
ANUNCIAR,
LIGUE
PARA
233.9252



O jornal da Associação de Docentes da Ufrgs

Seminário discute as mazelas da imprensa

A imprensa no Brasil é cara (o que a torna excludente para a maioria da população), pratica a editorialização da notícia (insere juízo de valor ao produto jornalístico) e não acata as leis de mercado que tanto exalta (os jornais têm isenção de impostos e subsídios sobre o papel importado). Essas foram algumas das conclusões do seminário "Imprensa reitora da sociedade? – a ética da informação na sociedade democrática em debate", realizado na noite do dia 10. Numa promoção da Adufrgs e da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Ufrgs, a atividade apresentou como painelistas os jornalistas e professores Raul Borin, Luiz Milman, Christa Berger e Sérgio Jockymann

Silvanio Mariani

A grande crítica da noite à imprensa centrou-se no que os painelistas chamaram de "a editorialização da notícia". Trocando em miúdos, é o mesmo que dizer que a mídia costuma veicular opinião demais e informação objetiva de menos. Raul Borin, professor de jornalismo na USP e atual presidente da Associação dos Docentes, foi o primeiro a se manifestar sobre o assunto. "As empresas de comunicação sentem-se livres para intervir no produto jornalístico", denunciou. Borin citou como exemplo de juízo de valor ao que deveria ser simplesmente notícia a manchete de Zero Hora sobre a ocupação da Assembléia gaúcha no dia 23 de julho ("Baderna na Assembléia") e a de um jornal paulista sobre o vazamento de Césio 137 ocorrido em Goiânia em 1987 ("Prefeitura de Goiânia está resolvendo todos os problemas causados pelo Césio 137"). Sem referências éticas precisas, o que deveria figurar apenas nos editoriais das empresas de comunicação freqüentemente passeia pelos setores de jornalismo.

Para a professora de comunicação da Ufrgs, Christa Berger, a imprensa tem utilizado como recurso para disfarçar suas intenções políticas ou ideológicas a criação de "factóides": falsas polêmicas ou fatos jornalísticos artificiais. Christa identificou como um exemplo de factóide as denúncias sobre os R\$ 253 milhões concedidos pelo Governo do Estado à GM e os R\$ 2.500,00 destinados pela Prefeitura de Porto Alegre a uma publicação do MST. Publicadas na mesma época, as denúncias tiveram a mesma importância e espaço no maior jornal do Estado. "Quando a imprensa age dessa forma, ela reproduz o jogo do fazer político; isso fica complicado e aí a imprensa mostra a que veio", denunciou a professora que há anos pesquisa o tratamento dado às notícias pela imprensa.

Na mesma linha de raciocínio, Sérgio Jockymann, para quem os jornais da América Latina "são todos iguais", afirmou que a imprensa em geral não se preocupa em informar porque está mais interessada em atender aos preceitos do mercado. Questões como ética e moral ficam subordinadas às determinações da economia. "A ética é a do mercado; quem paga tem direito",

fulminou Jockymann.

Mercado para os outros

Mas a afirmação de que a imprensa orienta-se pelas leis de mercado não é exatamente uma verdade incontestada, conforme evidenciou-se no seminário. Embora apregoem a economia de mercado, as empresas de comunicação do país recebem generosas isenções fiscais e subsídios do Estado. Longe de serem empresas frágeis para receber tamanha proteção, os jornais brasileiros não pagam ICMS, têm imunidade tributária para IPI e escaparam até do CPMF. Não recolhem um centavo sobre o imposto que deveria incidir sobre o papel importado para impressão dos jornais e revistas.

Ainda assim, jornal no Brasil é muito caro. "Dos 28 maiores jornais brasileiros, apenas três custam menos de um real", destacou Raul Borin. O mais influente jornal do mundo, o New York Times, custa quase a metade do que pagamos pela Folha de São Paulo, Zero Hora ou O Globo. O Washington Post, segundo de maior prestígio nos EUA, custa 25 centavos de dólar na banca. São necessários três Washington Post para comprar um Jornal do Brasil. E tem um detalhe: os jornais americanos pagam impostos.

Uma comparação entre o poder aquisitivo das populações do Brasil e Estados Unidos mostra o quanto é alto os preços dos jornais brasileiros: o salário médio em São Paulo, o maior do país, segundo a Folha, é de pouco mais de 600 dólares. Nos EUA chega a US\$ 2.800.

O preço das publicações nacionais foi lembrado pelos painelistas como um dos fatores de exclusão para a leitura de jornais no país. A maioria da população é obrigada a se informar através dos meios eletrônicos que, tradicionalmente, não contextualizam informações que veiculam.

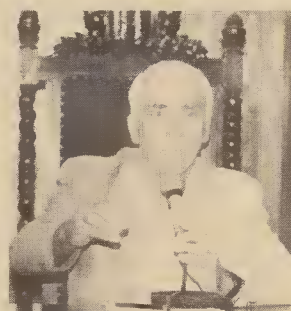
Para Luiz Milman, além das causas econômicas, a imprensa "é como é devido a problemas culturais". Milman causou certa indignação na platéia recheada de estudantes de jornalismo ao afirmar que os recém-formados apressam-se em "procurar emprego na Zero Hora". Foi o início de um acalorado debate.



Fotos: J.C. Rangel

Ética na informação esteve na pauta do encontro no Instituto de Educação

OS PAINELISTAS



Raul Borin

"Nas manchetes, uma troca de insultos vende mais do que uma lei bem explicada. O que é supérfluo vira essencial"



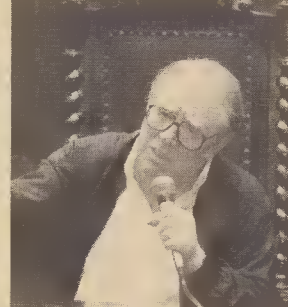
Christa Berger

"O jogo do fazer político faz parte da política; quando a imprensa reproduz isso, ela revela a que realmente veio"



Luiz Milman

"A imprensa deve prover a cidadania com informações. Muitos problemas da mídia são de origem cultural"



Sérgio Jockymann

"Os jornais da América Latina são todos iguais. Quem tem TV a cabo sabe que todos os canais também são iguais"

Cosmologia

Sondas trazem novidades do Sistema Solar

A sonda espacial Galileo que gira em torno da órbita de Júpiter, descobriu elementos orgânicos em duas luas do planeta, Calisto e Ganimedes. A descoberta foi anunciada no dia 10 de outubro pela revista Science e comentada pelo cientista planetário Thomas McCord, da Universidade do Hawai/EUA. Segundo McCord, as comprovações sugerem que as luas podem ter os três ingredientes essenciais para a existência de vida: uma fonte de energia, água em estado líquido, e moléculas orgânicas. A nave encontrou anidrido

carbônico, anidrido sulfático, além de outros componentes em menor quantidade.

A descoberta também sustenta a teoria de que existem moléculas orgânicas em várias partes do sistema solar e contribuirá ainda para os estudos sobre a formação do mesmo.

Thomas McCord destaca que esta descoberta não significa que exista vida em Júpiter, apenas que Calisto e Ganimedes podem possuir os três elementos.

A exploração das luas de Júpiter faz parte de um estudo dos astrônomos e especialistas para descobrir evidências de

vida em outros planetas, principalmente em Marte.

Nessa busca, a Nasa lançou no dia 15 de outubro a nave espacial Cassini com o objetivo de explorar Titan, uma das 18 luas de Saturno. Este projeto custou US\$ 3,4 bilhões, divididos entre EUA, Agência Espacial Européia e Itália e é o mais caro já realizado até hoje pela agência espacial norte-americana. O projeto começou a ser desenvolvido em 1989.

Antes de chegar a Saturno em 2004, Cassini passará por Vênus (1998) e Júpiter

(2000). Em 1999, a sonda volta a passar pela Terra.

O objetivo do projeto espacial é fotografar o solo, captar som dos trovões e a existência de relâmpagos ou ventos de Titan. Para isso, a nave leva a sonda Huygens, que se comunicará com a Terra durante 4 anos a partir de sua entrada na órbita do planeta.

Os cientistas calculam que as questões sobre a atmosfera de Titan e as relações entre o clima de Saturno e da Terra começarão a ser respondidas somente daqui a 11 anos.

Arte caduca com marketing local

Círio Simon

“As grandes ditaduras sempre utilizaram sobremaneira de elementos afetivos e estimularam atitudes emocionais mediante um sistema de propaganda de massa fundado em imagens”

Antônio Padua Ribeiro.
Folha de SP. 5.10.1997 c. 1 p.3

O fato

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o empresariado, montou em Porto Alegre, em outubro de 1997, um produto de marketing local, usando objetos das Artes Visuais, em nome dos países que integram o projeto do Mercosul.

Questiona-se o evento e responsabiliza-se quem prometeu uma Arte para o Mercosul através do uso do campo das Artes Visuais como objeto de sua propriedade. Esse campo possui autonomia e maturidade para questionar-se sobre esse uso indevido que tenta chegar a objetivos extra-artísticos. Essa maturidade supõe a intenção explícita para chegar a um valor universal.

O que de fato foi visto, na I Bienal foi o campo das Artes Visuais do Rio Grande do Sul ser completamente atropelado sem que os que de fato patrocinaram o evento pudessem decidir antes, durante e depois. Pergunta-se: quais associações de artistas, de estudiosos da América Latina residentes em Porto foram ouvidos?

Não haveria problema de os artistas do Rio Grande do Sul não figurarem numa exposição feita em Porto Alegre se isso fosse decisão dos próprios artistas.

Genealogias e linhagens no mercado controlado

O verdadeiro critério foi a da escolha de genealogias, ou de linhagem de artistas, que pertencem a linhagens nas quais o mercado já apostou anteriormente. O mercado de arte mundial ou regional tem o aval e a garantia de certas coleções nas mãos do mercado ou da reserva de mercado que devem ser ostentados publicamente, exibidos e exaltadas pela mídia local mas de preferência na rede mundial como valores. Assim, lucra e credencia pela informação o proprietário do acervo que figura num mega evento desse porte.

Aí emerge o grande problema pois não há a menor possibilidade desse mega-evento gerar novas genealogias, linhagens inovadoras e produções no campo das Artes Visuais. Torna-se, assim, uma impossibilidade a I Bienal gerar uma nova genealogia ou linhagem artística. O evento, por maior que seja, torna-se regional, um acontecimento sem a menor

importância para a rede mundial pois reconhece liminarmente a hegemonia de outros centros pois copia, de segunda mão, os mesmos mecanismos consagratórios. Se não, torna o fato mais grave ainda ao desqualificar, caricaturar e parodiar (segunda mão) em escala ridícula. O marketing, ao tratar a Arte como outro produto qualquer, não sabe reconhecer a carga contestadora, apelando para o enquadramento da obra de Arte.

Arte, marketing caótico e veiculação local

O desfile das peças publicitárias da Bienal não possui vínculo com o evento e nem entre si. O cartaz que recebeu o 1º lugar, e o prêmio de R\$ 5.000,00, praticamente não foi veiculado. Como pessoas de um outro país, estado ou cidade iriam associar as peças publicitárias entre si?

O título de Bienal não explica a que veio. O termo é usado desde o século passado na Baviera, depois Veneza (1895), São Paulo (1951), Paris (abril de 1958) e Bahia (1967/8). Somente em Porto Alegre, no ano de 1997, ocorreram vários eventos que levaram o título como a Bienal de Arquitetura, de Artes Plásticas, feiras.... Recorre-se, assim, a um título serial que banaliza qualquer obra que se pretenda séria e com significado autônomo.

O plágio colegial, do título Bienal, é índice do que se pretende de fato. Joga toda a estrutura na heteronomia e contamina o modelo local com os modelos que copia. A estrutura *serial-industrial* fica, assim, condenada a cumprir a promessa de uma monótona repetição a cada dois anos. A *Documenta*, de Cassel, inteligentemente escapou dessa compulsão temporal.

Como um marketing compulsivo e condenado, essa série industrial aponta “artistas-museus”, já consagrados em outros eventos seriais, sem força renovadora. Trabalho arcaico, já visto, portanto caduco, nada acrescentado, nem à Arte local regional do Mercosul, muito menos à rede mundial.

Arte caduca:

Assim correu solta a estetização urbana apenas para cumprir compromissos e figurar no evento e sem lógica alguma. Impõe-se, de uma forma implacável, o parasito da arte industrial que é o kitsch: “do que nasce consumido”. Consome-se, na periferia, o que é considerado pelos oniscientes e onipotentes organizadores superiores, digno de uma população inferior, periférica e ignara (Porto Alegre teve, no final da década de 60, a obra de Júlio Plaza e de Regina Silveira que operaram com intervenções no Parque Farroupilha, quando havia sentido histórico e uma sincronia



Marcos Oliveira

mundial nesses eventos).

Nas obras e artistas, não há revelação de nenhum ato criativo novo. Assistimos arcaicas colagens urbanas, mal feitas e apenas para dizer “estou aqui”, “cumprí o meu compromisso”, “tenho mais um ponto no meu currículo”.

Sereflitimos o evento, no plano geral das condições humanas, e da arte como expressão dessas condições. Porto Alegre foi envolvida por um trabalho artístico, mas não por uma obra, usando os conceitos de Hannah Arendt.

Em Porto Alegre, nunca tantos esforços e tanto dinheiro foram investidos num trabalho de arte sem chegar a constituir uma obra da qual pudéssemos nos orgulhar. Um diálogo honesto e uma conferência crítica e aberta, com o campo artístico, teria evitado esse derrame de dinheiro e esforços consumidos.

Não há como esquecer que o Mercosul está sendo vivamente questionado pelas culturas concorrentes e que qualquer equívoco ou heteronomia repercute de uma forma desqualificadora. Não se trata de um nacionalismo ou regionalismo, mas falar e agir com a mesma autonomia do que essas culturas concorrentes quando geram modelos culturais para as suas próprias necessidades e circunstância, tomando por modelo a cidadania.

O círculo do poder e a autonomia da Arte:

Até a época industrial negou-se à cultura e à Arte a sua autonomia. Usadas como aura do poder, serviram aos objetivos da Igreja, dos reis e da burguesia. Essa fuga da heteronomia, velha de quase dois séculos, naufraga agora no sistema do poder econômico concentrador, onipotente, onisciente e com promessas de eternidade.

Se fosse possível tornar transparente o processo de decisões e caracterizar quem decidiu o que na Bienal, iríamos descobrir que o grupo restringe-se a pessoas cujos nomes não ultrapassam o número dos dedos de uma única mão.

Esse círculo decide em nome de que e de quem? Quais são as credenciais e as legitimações são

de que origem?

Evidente não há a menor perspectiva de lucro cultural e artístico, pois trata-se de apenas de um trabalho. Mas não existe negócio sem alguma necessidade ou interesse. O lucro é o marketing, que reverte para legitimare e estetizar a posse do poder, como ocorreu no passado, para encobrir a necessidade do poder e dos interesses do clero, reis e burguesia.

O que consola o artista, e o desespera ao mesmo tempo, e que a heteronomia da Arte é índice de toda uma sociedade no qual o poder político e a estrutura estatal estão cada vez mais sob essa tirania. As decisões são tomadas por grupo que concentram cada vez mais em círculos estreitos e arcaicos o poder tanto físico como simbólico.

Renúncia fiscal.

O povo do Rio Grande do Sul foi quem de fato patrocinou a 1ª Bienal. A propalada desculpa de que o capital da I Bienal é de origem privada não resiste a menor análise e não engana nem a uma criança ingênua. As desastrosas experiências que o Brasil, e outros países tiveram, com a Arte Pública, sendo dirigida pela renúncia fiscal não precisam ser repetidas aqui. As perguntas são diretas são objetivas:

- Por que o poder político de um povo renuncia ao que lhe é devido?
- Por que o capital privado colase e se apropria do Estado?

Se levarmos um pouco avante esse questionamento, do lado de quem renuncia existe uma confissão explícita de sua incompetência em gerir o bem público; do lado de quem se apropria, o contrato do seu uso, fica quase exclusivamente restrita e nas mãos privadas sem a menor obrigação e, na maioria das vezes, a mais absoluta incompetência em gerir os bens públicos para os pseudo-fins que dão impressão de lavagem de dinheiro.

Que autonomia fica para esse povo? Esse povo não é só espoliado, mas arrancam-lhe toda a possibilidade de decidir sobre o fruto de seu trabalho, e lhe impingem uma cultura arcaica e carregada de equívocos, como fica evidente nessa BIENAL de Porto Alegre.

Rastros de corrupção

A Arte é um bem inequívoco. Esse bem, se corrompido, arrasta, no seu caminho, um triste cortejo de corrupções. Especialmente num país com a tradição de espoliações cumulativas, a renúncia fiscal abre de par em par a legitimação para o uso da Arte como espetáculo e pretexto do exercício do poder de uma casta privilegiada, muitas vezes de origem pouca clara.

Corrompe-se a Arte. Assim, não se tem nada a dizer a esse povo, além de ‘estou aqui’.

Não há a menor condição em

falar em democracia e muito menos em cidadania. O futuro desenha-se para esse público como uma atordoante seqüência linear de frustrações, pois nessa circunstância não há a menor oportunidade de manifestar o que sente e a formar uma consciência do que lhe pertence.

Eventos dessa natureza, são índices preciosos das causas e das condições históricas nas quais viveu sempre a Arte no Brasil e que deve continuar nessas condições tão ultrajantes.

Quem repara os danos e as perdas?

O prejuízo causado por uma Bienal autoritária e nas mãos de pessoas externas na área das Artes Visuais foi, e será evidente para a cultura, à arte e à imagem do Rio Grande do Sul.

Não estou culpando o marketing, o capital, o empresariado, nem as autoridades que, em geral, devem cuidar de temas e necessidades básicas da população que os elegeu. Culpou a imperícia, o arrojo insensato, a prepotência, que desconhece a realidade do campo artístico, a falta de democracia e cidadania na área a provocar todos esses danos e perdas e que terá monótonas repetições.

A reparação começa por uma efetiva avaliação externa, e sem interferência do grupo interno e com ampla transparência.

Algumas perguntas básicas devem ser respondidas como o efetivo retorno da capital empregado. Ou, entre outros, quantos turistas, além dos que foram pagos pela Bienal, estiveram em Porto Alegre para o evento?

Evidente, não são só essas as perguntas a serem formuladas. Elas devem ultrapassar a saturação dos veículos de comunicação, como os efetivos deslocamentos da população para os locais dos eventos. Perguntas que possam qualificar novas condições e possibilidade de implementar a verdade nas Artes Visuais. E essa verdade dirige-se para a formação de uma consciência coletiva no MERCOSUL, no país, Estado e Porto Alegre em cada cidadão através da Arte.

Como a I Bienal é apenas um trabalho, e não obra, nega-se o campo da reflexão e o objetivo da formação da consciência cultural. As ciências humanas, a Filosofia, Antropologia, Sociologia, Direito..., não encontram nexo e nem sentido em atividades presas em nível de espetáculo e de circo. A Arte como bem universal é amesquinhado e banalizado a uma ostentação que não ultrapassa os níveis da Natureza e do dado.

Círio Simon é professor de História da Arte na Ufrgs.

Repensando o sagrado

Francisco Marshall

A obra "Missão, Missões - Como construir catedrais", criada por Cildo Meirelles e ora em exposição no Museu Universitário da UFRGS, dentro da programação da Bienal de Artes Visuais do Mercosul, pode ser valorizada tanto por suas qualidades estéticas e sensoriais como por sua consistente provocação conceitual. Trata-se, sem dúvida, de uma obra poderosa, criada originalmente para um evento deste Museu (Missões 300 anos) há dez anos, e desde então múltiplas vezes apresentada mundo afora, mas que até hoje mantém seu vigor e atualidade, seja pela qualidade de sua estrutura formal e simbólica, seja pela relevância humanística dos conceitos e experiências por ela comentados.

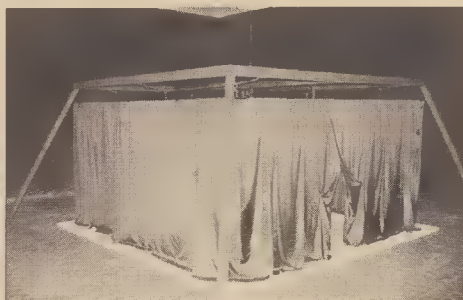
Circunscrevendo um ambiente sensível de marcada sacralidade, a obra apresenta elementos para uma especulação sobre o sentido político da construção do sagrado, sua relação com as ordens e forças que presidem o mundo e a história. Nada escapa à iconologia simultaneamente sintética e objetiva da obra. A célula central da obra, formada por uma estrutura trapezoidal, reporta-se diretamente às criptas e monumentos funerários encontrados em certos templos renascentistas, como se vê, por exemplo, no caso do sepulcro do príncipe Don Juan, na Igreja de São Tomás em Ávila (Espanha), obra de 1512 de Domingo Alexandre Fancelli:



Sepulcro do Príncipe Don Juan, Fancelli, 1512

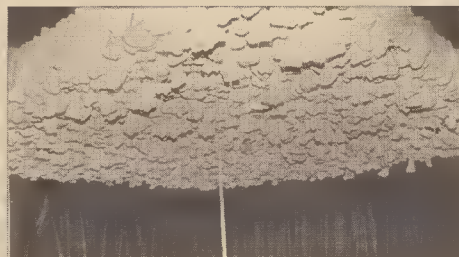
Destaque-se não apenas a evidente simetria formal, mas também a propriedade da analogia imagética, uma vez que no sepulcro principesco como na cripta de Cildo Meirelles encontramos a definição de um espaço de glória fúnebre, um lugar especial em que se conjugam memória épica e sacralidade.

Estes foram, sem dúvida, temas diletos à criação escultórica renascentista e barroca em que a representação do sinistro e do pungente poderia provocar diretamente a reflexão sobre poder e glória. Lembre-se, a propósito, o monumento renascentista do sepulcro do Conde René de Châlons, morto em 1544, obra de Ligier Richier na Igreja de St. Pierre, em Bar-le-Duc (França), sem dúvida uma das representações de anatomia óssea mais explícitas e vigorosas da história da arte ocidental.



Como construir catedrais (foto Reni Jardim)

De onde vêm e para que apontam os ossos femurais que Cildo Meirelles faz sustentar no teto interno de sua cripta? Ossos da morte, mas também da finita vida telúrica, formas eloquentes do antigo vigor da vida hoje dissecadas e necrologicamente expostas. A gravidade dos variados ossos bovinos pendurados por Cildo Meirelles em sua cripta faz imaginar o peso do tropel que lhe deu origem, mas a lúgubre penumbra que o cerca não dá lugar a dúvidas: ossos da morte, calvário da vida animal. A morte, efetivamente, tem sido o melhor agente de marketing da religião. É na hora da morte - vivida ou pensa-



Como construir catedrais (foto Reni Jardim)

da - que se capitalizam os credos e paradoxalmente se afirmam os sentidos da grande ordem do poder divino. Não é à toa que sábios humanistas desde Porfírio de Tiro (séc. III/IV d.C.) a Voltaire não têm cessado de comparar as imagens do urubu e de certos personagens, figuras negras rapinando sobre cadáveres. Não é de se estranhar que na época de Erasmo de Rotterdam (1467-1536) a Igreja se apresentasse como a maior proprietária de terras aráveis de toda a Europa, chegando em algumas estimativas (talvez exageradas) a deter mais de um terço destas terras. Será por isto que na obra de Cildo Meirelles o corpo sagrado de Deus - o fio de hóstias - faz a ligação entre o mundo ósseo da morte e a realidade brilhante das moedas, estabelecendo um fluxo de comunicação de sentido entre vida/morte e moeda/poder, mediado pela sacralidade?

A atualidade desta visão sarcástica e crítica não cessará jamais. O iluminismo setecentista, o neo-paganismo romântico e os laicismos cientificistas não foram e não serão jamais capazes de sustar definitivamente a interferência da Igreja - das várias Igrejas - sobre a História e sobre a vida das pessoas. Em nosso país como no mundo afora, da Igreja Universal de Edir Macedo ao Vaticano, é tarefa impossível dissociar as Igrejas do mundo da moeda e do poder. Elas interferem sobre a política e a sociedade, tentando asfixiar os poucos elementos de modernidade arduamente construídos nesta terra inculta - terra, aliás, em que um ex-acadêmico, alçado

ao poder, faz saudações de Aleluia aos evangélicos e aclama o Papa como "santo padre"!

Quando a denúncia ao sentido político da religião se apresenta com a qualidade estética e com a grandiloquência visual e conceitual da obra "Como construir catedrais", pode-se sem dúvida aclamar uma provocação muito vigorosa, capaz de levar ao público uma inquietação sobre temas permanentes e urgentes da história e da cultura, sobre os quais há um silêncio demasiado submisso.

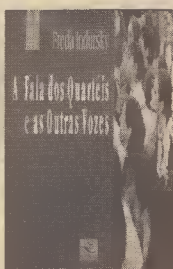
Francisco Marshall é prof. do Depto. de História e do CPG Artes Visuais, e Diretor do Museu Universitário- UFRGS.

A instalação "Como construir catedrais", de Cildo Meirelles, está exposta no Museu Universitário, 2º andar da Reitoria, até 30 de novembro, de 3ª a domingo, das 10 às 19h.



Conde René de Châlons, de Richier

ORELHA



A Fala dos Quartéis e Outras Vozes

Freda Indursky

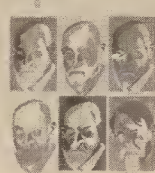
Este livro é resultado de pesquisa da análise do modo de falar dos militares durante a ditadura. O trabalho descreve e explicita os mecanismos discursivos que contróem uma ilusão de normalidade e consenso a partir da qual se definem os conceitos de cidadão e brasileiro. Ed. da Unicamp, 268 págs.

Freud e seu duplo

Noemi Moritz Kon

As relações entre a psicanálise e a arte. A autora mergulha na Viena de Freud demonstrando o quanto a revolução cultural e a crise de valores da época interferiram na elaboração do projeto psicanalítico. Edusp, 224 págs.

FREUD E SEU DUPLO

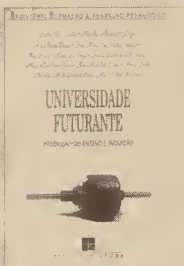


Freud e seu duplo

Universidade futurante

Denise B.C. Leite e Marília Morosini (Orgs.)

A obra resgata vivências de uma pedagogia universitária que se constrói na prática de atores que, talvez sem perceber, estão mudando o cotidiano da universidade. Papirus Editora.



Revista da Adusp

A sucessão na USP é o tema de fundo da edição número 11 da Revista da Associação de Docentes da USP. Além de artigos de personalidades, apresenta um entrevista com o ex-reitor da UnB Antonio Ibañez Ruiz. A Adufrgs possui exemplares para distribuição aos interessados.



HEMEROTECA

World Today

Volume 53 - número 10 - outubro de 1997

Engaging for a lasting peace - Conor Gearty

Plus ça change in former Yugoslávia? - Christopher Cviic

From the Atlantic to the urals? -konstantin Eggert e Alexander Golts

More than bread and circuses - James Mayall

seeking seats, votes and vetoes - Sam Daws

All eyes on the presidency - Peter Calvert

Hiding corruption and division - Samuel M. Makinda

Letter: Shouting nothing about Africa - Yasin A. A. Olum

Books: A game with new rules - David Butler

Books: Another special relationship - Geoffrey Howe



Assinaturas

Jornais diários:

- Zero Hora
- Correio do Povo
- Jornal do Comércio
- Folha de São Paulo

Revistas:

- World Today
- Cadernos do Terceiro Mundo
- London Review of Books

WWW

Origens do Universo

www.hq.nasa.gov/office/oss/origins/Origins.html

Programa da Nasa para especular sobre nossas origens.

Software (quase) grátis

www.shareware.com

Programas para quase tudo.

Fax sem pagar nada

www.tpc.int/

Para qualquer lugar do mundo.

Visite a página da Adufrgs: <http://www.adufrgs.org.br>

Poder político determina o futuro da educação

Verbas repassadas através do Pronex, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a sua saída do Conselho Nacional de Educação (CNE) foram alguns dos temas abordados pelo professor e filósofo José Arthur Giannotti (foto) nesta entrevista elaborada por Renato de Oliveira. Ele também falou sobre o forte lobby que existe no Congresso Nacional que favorece a regulamentação do ensino privado no Brasil. Giannotti pediu demissão do CNE, no final do mês de agosto (leia editorial do Adverso nº 20), por discordar da transformação da Faculdade Anhembi-Morumbi em universidade. Vale lembrar que a referida instituição teve parecer negativo dos membros do Conselho que foram analisá-la e junto a avaliação feita a partir do “Provão”

Adverso—A política governamental para o ensino superior aponta claramente para uma hierarquização normativa entre várias instituições, prevendo diferentes níveis de qualidade. Isto não condenará algumas instituições a um *status* de inferioridade acadêmica? Qual foi seu posicionamento sobre esta questão no Conselho Nacional de Educação?

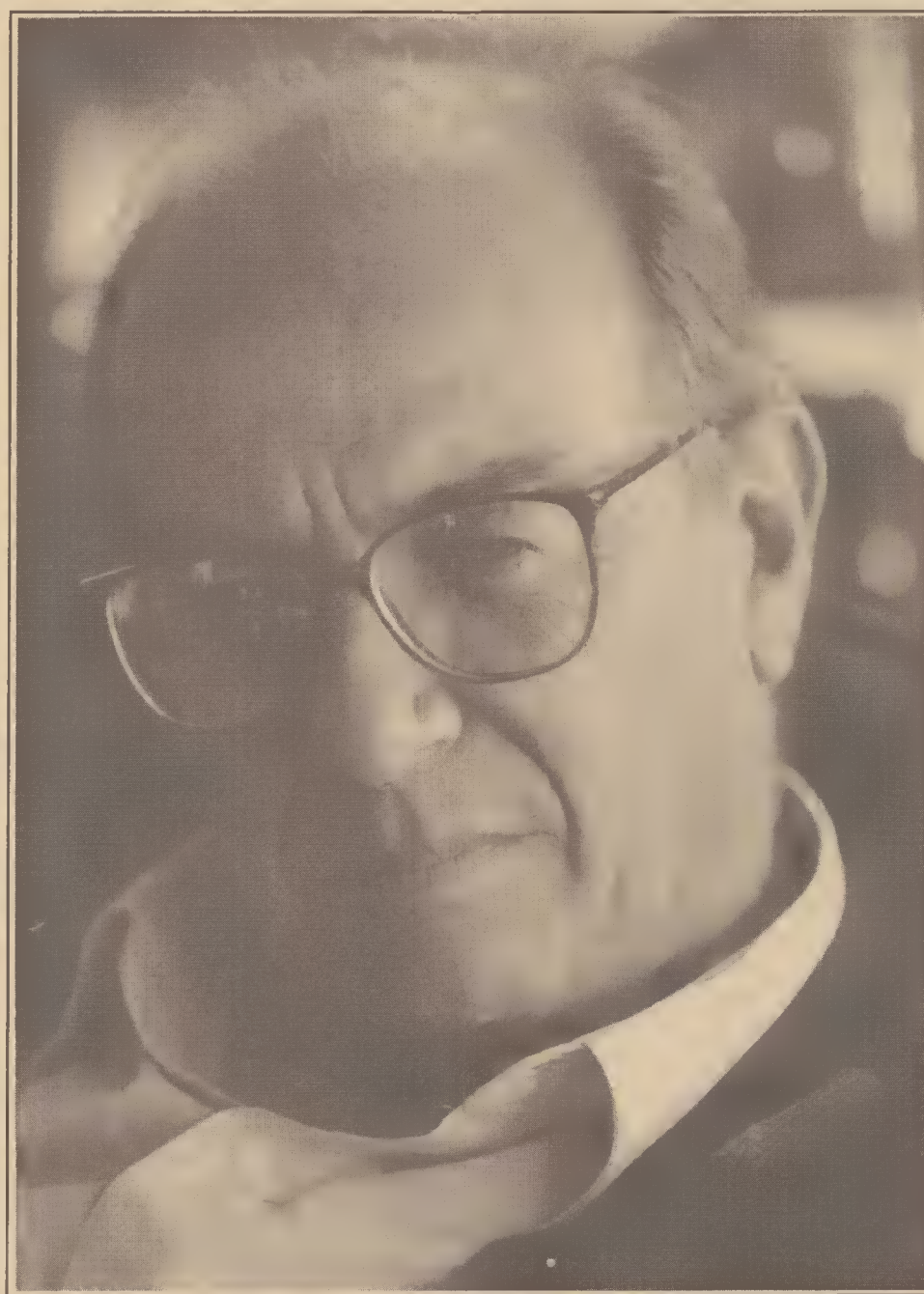
José Arthur Giannotti—Essa diversificação é inevitável tanto do ponto de vista acadêmico como financeiro. Não tem sentido imaginar que todas as universidades do país vão ser multifuncionais, com um orçamento beirando um bilhão de reais, como acontece na USP. Desde cedo, no CNE, defendi a idéia que uma universidade, para ser autônoma, precisa definir o seu mandato. E deve saber o que vai fazer para que possa fazê-lo bem.

Adverso—Não há dúvidas que a comunidade acadêmica dita “de ponta” necessita de políticas de financiamento específicas. Como justificar, no entanto, que este financiamento se utilize de recursos que originalmente seriam destinados ao sistema de Ciência e Tecnologia como um todo? Além disso, a extrema autonomia que o Pronex garante aos grupos contemplados pelo programa não acabará desintegrando suas universidades de origem?

José Arthur Giannotti—Admitida a diversidade dos mandatos universitários, admite-se também que só alguns grupos estarão fazendo pesquisa de ponta. Daí a necessidade de diversificar as fontes de financiamento, a fim de que os grupos já formados lutem por recursos, conforme a especificidade dos campos do saber. Não vejo problemas na autonomia dada pelo Pronex, desde que se monte um processo eficaz de avaliação dos resultados.

Adverso—Partindo do princípio de que o Ensino Privado deve subordinar ao serviço público, quais os pré-requisitos para a sua regulamentação por parte do poder público?

José Arthur Giannotti—Não foi à toa que a regulamentação do ensino privado veio por decreto presidencial, já que seu lobby é muito forte no Congresso. A dificuldade é implementar os dois decretos, que obrigam as universidades a abrirem suas contabilidades. Não creio que este ensino possa responsabilizar-se pelo grosso na pesquisa que será pública no país. Se o ensino privado vai formar, antes de tudo, profissionais, que



Adriana Franciosi/Agência RBS

o faça bem.

Adverso—O debate sobre a LDB ensejou um intenso processo de articulação de setores da sociedade civil, especialmente de entidades ligadas à educação, do qual resultou um anteprojeto de lei que acabou substancialmente modificado no Senado, num processo legislativo que não primou pela transparência. O senhor concorda com essa afirmação? Qual a sua

opinião sobre a chamada “Lei Darcy Ribeiro”?

José Arthur Giannotti—O projeto da LDB criado por esses setores resultava do ajuste dos mais diversos interesses, na maioria corporativos. Como o Congresso possui legitimidade para modificar o que ele mesmo acolheu, a questão é saber se a nova LDB é melhor ou pior do que aquele projeto. No

Minha saída do CNE foi um lance político para elevar a linha de corte entre o que deve e o que não deve ser uma universidade

que diz respeito ao ensino superior, acredito que essa parte é muito melhor do que a antiga.

Adverso—Sua saída do Conselho Nacional de Educação evidencia que esse organismo está incorrendo nos problemas do antigo CFE? Sendo assim, poderíamos dizer que distribuição de monitores de vídeo à parte, a política educacional continuará um feudo do conservadorismo?

José Arthur Giannotti—Não. É preciso considerar que o Estado brasileiro está em frangalhos. Mesmo quando a legislação é boa, sua implementação tende a voltar às velhas práticas. Minha saída do CNE foi um lance político para elevar a linha de corte entre o que deve e o que não deve ser uma universidade. Não me interessa o caso desta ou daquela universidade mas a aplicação de bons critérios para seu credenciamento. Nesse sentido acredito que estamos cada vez mais conscientes de que uma universidade só pode assegurar esse título se contar com grupos de pesquisa estabilizados.

Adverso—Há um crescente temor nas IFES com relação aos “preconceitos” dos professores paulistas (bastante representados no MEC para não citarmos outros ministérios!), relativamente às universidades federais. O senhor considera este temor justificado? Qual a sua posição sobre o sistema federal de ensino superior?

José Arthur Giannotti—É preciso reconhecer que os paulistas têm dificuldades em reconhecer as especificidades da rede do ensino federal. Mas também se deve admitir que a rede de ensino superior paulista é responsável por 50% na pesquisa do país. Não cabe então aproveitar as experiências que nela tiveram sucesso? Vejo dois problemas com o sistema de ensino federal. Primeiro, persegue um modelo único quando o país é extremamente diversificado. Segundo, leva muito recurso dentro do bolo geral dedicado à educação brasileira em todos os níveis. Sendo impossível generalizar o padrão de universidade multifuncional, cabe a cada unidade definir seu mandato, selecionar as tarefas que lhe competem e cumpri-las da melhor maneira possível. A maior crítica que faço à atual política do MEC é que não mobilizou os melhores grupos que atuam na rede federal a fim de definir seus objetivos. Não haverá reforma universitária que venha por cima mas também nada será feito enquanto cada universidade não definir seu destino num diálogo profícuo com a região a que ela serve.